

Índice

A. VERTENTE DE DLBC CANDIDATADA	2
B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO	2
B.1 Caracterização do Território de Atuação	2
B.2 Justificação para a tipologia escolhida e limites do Território de Atuação.....	4
C. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL	6
C.1 Modelo organizacional	7
C.2 Descrição curricular da parceria ADER-AL – DLBC Rural	9
D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO	12
D.1 ANÁLISE DE CONTEXTO	12
D.2 ANÁLISE SWOT	30
E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS	37
E.1 Desafios a que se propõe dar resposta.....	37
E.2 Objetivos definidos.....	38
F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS.....	41
F.1 Dispositivos de participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL	41
F.2 Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL	42
F.3 Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e a sua aderência aos objetivos e metas definidos	42
F.4 Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL	43
F.5 Ações de animação e promoção do território	43
F.6 Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados	44

VERTENTE DE DLBC CANDIDATADA

A presente parceria ADER-AL – DLBC Rural constitui uma candidatura à vertente DLBC Rural.

A. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

B.1 Caracterização do Território de Atuação

Localizado geograficamente no interior de Portugal Continental no limite da fronteira com Espanha, o Território de Atuação proposto pela ADER-AL para a sua intervenção DLBC Rural abrange 10 concelhos do distrito de Portalegre: nove concelhos da NUT III Alto Alentejo (Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Nisa e Portalegre) e um concelho da NUT III Alentejo Central (Sousel)¹.

Quadro 1 – Freguesias do Território de Atuação da ADER-AL

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Arronches	Assunção	1 970	S	N
	Esperança	739	S	N
	Mosteiros	456	S	N
Campo Maior	Nossa Senhora da Expectação	3 974	S	N
	Degolados	587	S	N
	São João Batista	3 895	S	N
Castelo de Vide	Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	606	S	N
	Santa Maria da Devesa	1 578	S	N
	Santiago Maior	358	S	N
	São João Batista	865	S	N
Crato	Aldeia da Mata	374	S	N
	Gáfete	856	S	N
	Monte da Pedra	280	S	N
	União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	2 198	S	N
Elvas	Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso (*)	9 688	N	N
	Caia, São Pedro e Alcáçova (*)	6 253	N	N
	Santa Eulália	1 198	S	N
	São Brás e São Lourenço (*)	1 684	N	N
	São Vicente e Ventosa	801	S	N
	União das Freguesias de Barbacena e Vila Fernando	979	S	N
	União das Freguesias de Terrugem e Vila Boim	2 475	S	N

¹ Os 10 concelhos estão integrados na CIM Alto Alentejo.

Concelho	Freguesia	População (2011)	Rural (S/N)	Litorâneo (S/N)
Marvão	Beirã	498	S	N
	Santa Maria de Marvão	486	S	N
	Santo António das Areias	1 102	S	N
	São Salvador da Aramenha	1 426	S	N
Monforte	Assumar	651	S	N
	Monforte	1 384	S	N
	Santo Aleixo	638	S	N
	Vaiamonte	656	S	N
Nisa	Alpalhão	1 238	S	N
	Montalvão	442	S	N
	Santana	404	S	N
	São Matias	289	S	N
	Tolosa	1 011	S	N
	União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo	497	S	N
	União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	3 569	S	N
Portalegre	Alagoa	669	S	N
	Alegrete	1 746	S	N
	Fortios	2 018	S	N
	União das Freguesias da Sé e São Lourenço (*)	15 642	N	N
	União das Freguesias de Reguengo e São Julião	972	S	N
	União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras	1 949	S	N
	Urra (*)	1 934	N	N
Sousel	Cano	1 266	S	N
	Casa Branca	1 232	S	N
	Santo Amaro	644	S	N
	Sousel	1 932	S	N

(*) Freguesia não constante da Lista de Freguesias Rurais PDR 2020²

FONTE: www.gpp.pt e INE, Censos 2011

A superfície total do Território é de 3 733,40 Km², para uma população residente³ de 86 109 habitantes.

² As freguesias de *Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, de Caia, São Pedro e Alcáçova, e de São Brás e São Lourenço* do concelho de Elvas e a freguesia *União das Freguesias da Sé e São Lourenço* não poderão ser alvo de intervenção na área de Renovação de Aldeias.

³ Dados dos Censos 2011.

O concelho com maior representação populacional é Portalegre (a capital do distrito, com 29%) seguido de Elvas, com 26,8%. São estes os únicos concelhos com peso populacional acima dos 10%. Campo Maior, Nisa e Sousel têm pesos que se situam entre 5% e 10%.

Em termos de superfície territorial, verificam-se menos disparidades entre os vários concelhos que a nível populacional, embora ainda se diferenciem Elvas (16,9%) e Nisa (15,4%), seguidos por Portalegre (12%), Monforte (11,3%) e Crato (10,7%). Por oposição, Marvão é o menor concelho (4,1% da superfície total).

Quadro 2 – Superfície dos concelhos do Território de Atuação da ADER-AL

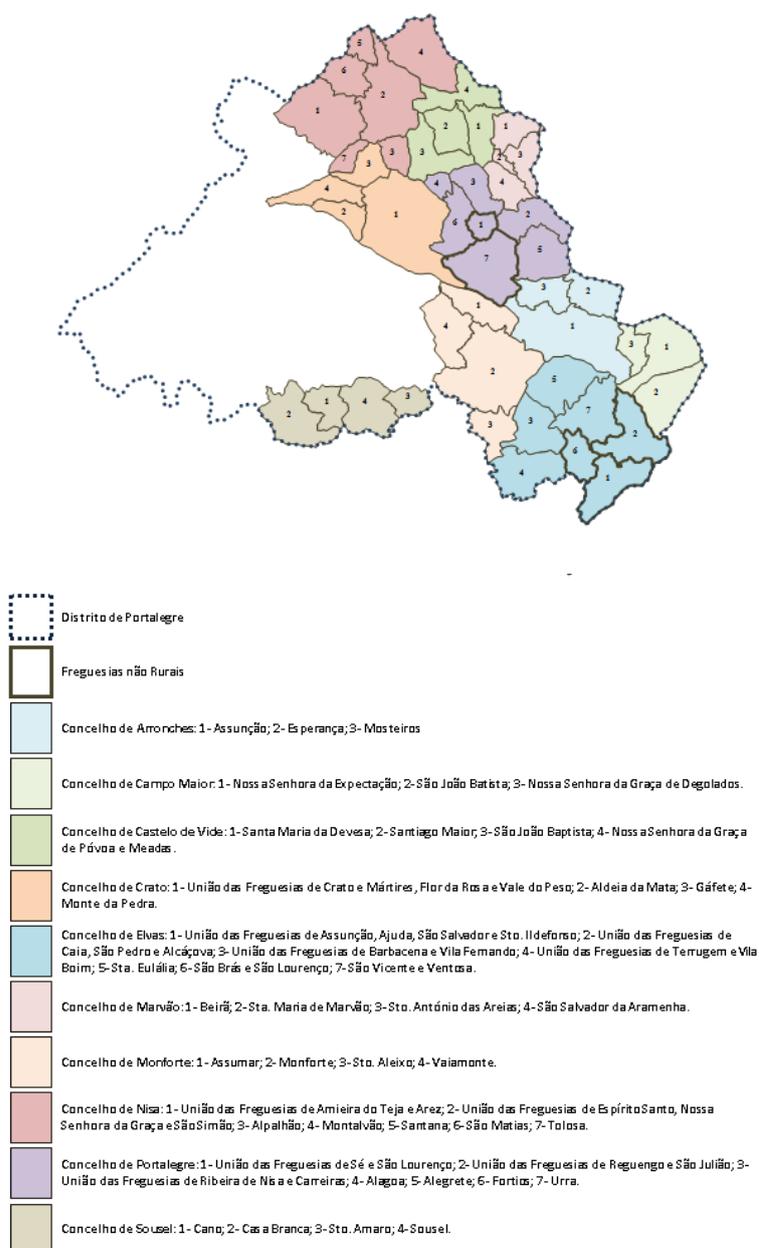
Concelho	Superfície	
	(km ²)	Peso no total (%)
Arronches	314,65	8,4%
Campo Maior	247,20	6,6%
Castelo de Vide	264,91	7,1%
Crato	398,07	10,7%
Elvas	631,29	16,9%
Marvão	154,90	4,1%
Monforte	420,25	11,3%
Nisa	575,68	15,4%
Portalegre	447,14	12,0%
Sousel	279,32	7,5%
	3 733,40	

FONTE: INE (2011)

B.2 Justificação para a tipologia escolhida e limites do Território de Atuação

As 47 freguesias do Território de Atuação proposto pela ADER-AL organizam-se em 10 concelhos de um mesmo distrito, o distrito de Portalegre, formando uma unidade coesa.

Figura 1 – Território de Atuação da ADER-AL



É assim mantida a abrangência geográfica do período de programação 2007-2013, com a inclusão no DLBC Rural das freguesias classificadas como urbanas – e excecionadas de elegibilidade no âmbito do Subprograma 3 PRODER (2007-2013)⁴.

⁴ Com a restrição já referida de elegibilidade na área Renovação de Aldeias.

O Território de Atuação tem uma população residente de 86 109 habitantes, enquadrando-se dentro dos limites definidos para uma intervenção DLBC Rural (uma comunidade com população entre 10 000 e 150 000 habitantes).

A Estratégia proposta pela ADER-AL pretende o aprofundamento de experiências de diversificação de economias sustentáveis de base rural através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da integração urbano-rural e ainda, e de forma complementar, da promoção da inovação social e da resposta a problemas de pobreza e exclusão social. Apesar de nos 10 concelhos que definem o Território de Atuação da ADER-AL existirem 4 centros urbanos de nível superior do PROT (Campo Maior, Elvas, Nisa e Portalegre), é o DLBC Rural que permite a apresentação de uma candidatura de intervenção global.

B. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

A parceria ADER-AL – DLBC Rural é constituída por 29 parceiros representativos dos diferentes agentes socioeconómicos (todos ativos no território) e dos agentes públicos que interagem no Território de Atuação, sendo a ADER-AL a Entidade Gestora⁵.

Denominação	Setor de atividade	Nº Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
ACBRA - Associação de Criadores de Bovinos da Raça Alentejana	94110	158	Associações e fundações privadas	Arronches
Adega Cooperativa de Portalegre, C.R.L.	11021	127	Cooperativas	Portalegre
APAFNA - Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano, S.A.	46214	40	Empresas	Portalegre
APBRB - Agrupamento de Produtores de Bovinos de Raça Brava, Lda.	46320	36	Empresas	Portalegre
Associação Comercial de Portalegre	94110	350	Associações e fundações privadas	Portalegre
Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre	94120	3700	Associações e fundações privadas	Portalegre
Associação de Beneficiários do Xévara	94995	313	Associações e fundações privadas	Campo Maior
Câmara Municipal de Campo Maior	84113	---	Administração Local	Campo Maior
Câmara Municipal de Elvas	84113	---	Administração Local	Elvas
Câmara Municipal de Marvão	84113	---	Administração Local	Marvão
Câmara Municipal de Monforte	84113	---	Administração Local	Monforte
Câmara Municipal de Nisa	84113	---	Administração Local	Nisa
Câmara Municipal de Sousel	84113	---	Administração Local	Sousel
Câmara Municipal do Crato	84113	---	Administração Local	Crato
ISS, IP - Centro Distrital de Portalegre	84300	---	Administração Central	Portalegre
Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	84130	---	Administração Central	Portalegre
Fundação Robinson	94991	---	Outras entidades públicas	Portalegre
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	84130	---	Administração Central	Portalegre
Instituto Politécnico de Portalegre	85420	---	Outras entidades públicas	Portalegre
Natur-al-Carnes - Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejo, S.A.	46320	653	Empresas	Portalegre
Nerpor	94110	182	Associações e fundações privadas	Portalegre
Turismo do Alentejo, E.R.T.	84123	---	Administração regional	Beja
Câmara Municipal de Arronches	84113	---	Administração Local	Arronches
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	84130	15	Administração Local	Portalegre
EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza - Núcleo Distrital de Portalegre	94995	1428	Associações e fundações privadas	Porto
Associação de Produtores Florestais do Distrito de Portalegre	94995	76	Associações e fundações privadas	Portalegre
ADRAL - Agência Desenvolvimento Regional do Alentejo	94110	66	Empresas	Évora
Junta de Agricultores da Apartadura	94110	140	Associações e fundações privadas	Marvão
AIAR - Associação de Desenvolvimento pela Cultura	94995	---	Associações e fundações privadas	Elvas

Relativamente à composição da parceria, verificamos que tem uma abrangência:

⁵ São apresentados em anexo os respetivos Acordo de Parceria.

- Setorial, com entidades representativas do setor agrícola e pecuário, do turismo e cultura, da área do ensino e ainda da esfera da Administração Pública Central, Local e Regional;
- Representativa quanto à tipologia das entidades, com 15 entidades públicas, 13 entidades privadas (entre associações e empresas) e 1 entidade cooperativa;
- Territorial, com entidades dos 10 concelhos.

Destacam-se como parceiros as Câmaras Municipais, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, o Centro Distrital de Segurança Social, o ICNF, Turismo do Alentejo, entre outros, e realça-se a inexistência de pessoas singulares na parceria ADER-AL – DLBC Rural.

Está salvaguardado o facto de nenhum conjunto de entidades públicas ou de qualquer grupo de interesses individual representar mais de 49% dos direitos de voto em processos de tomada de decisão.

C.1 Modelo organizacional

A coordenação e gestão da atividade da Parceria ADER-AL – DLBC Rural assentam na existência de uma Entidade Gestora, de um Órgão Deliberativo (Conselho de Parceiros), de um Órgão de Gestão e de um Órgão Fiscalizador.

Entidade Gestora (EG):

A ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo é a Entidade Gestora responsável pela candidatura perante as Autoridades de Gestão e Pagamento e pela dinamização e coordenação das atividades e ações inscritas na Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) aprovada, assim como pelo processo de envolvimento dos parceiros cabendo-lhe ainda a coordenação do trabalho dos parceiros nas diferentes atividades de dinamização da EDL.

Concelho de Parceiros (CP):

É o órgão deliberativo da Parceria e é constituído pela totalidade dos parceiros.

- Tem como atribuição geral discutir, promover o acompanhamento e avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local, e como atribuição específica a gestão de subprogramas ou intervenções desconcentradas, no âmbito do Portugal 2020, atribuídas à Parceria ADER-AL – DLBC Rural.
- Competências:
 - Eleger e destituir o Órgão de Gestão e o Órgão de Fiscalização da Parceria;
 - Garantir a operacionalização das intervenções que venham a ser aprovadas pela Parceria, em regulamento específico;
 - Emitir pareceres ou análises sobre as atividades e programas da EDL;
 - Emitir pareceres e análises sectoriais sobre todas as questões que lhe venham a ser

colocadas pelos outros órgãos da Parceria;

- Aprovar, rever e alterar o respetivo Regulamento Interno.
- Reuniões: O Conselho de Parceiros reúne ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente sempre que seja considerado necessário.

Órgão de Gestão (OG):

- É constituído por cinco elementos, respeitando o princípio de que as entidades públicas ou qualquer grupo de interesse não podem representar mais que 49% dos direitos de votos em processos de decisão.
- Competências:
 - Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
 - Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor ao Conselho de Parceiros alterações de forma a alcançar os objetivos propostos;
 - Representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias;
 - Elaborar o seu Regulamento Interno de funcionamento.
- Funcionamento:
 - O Órgão de Gestão reúne sempre que o desenvolvimento do Programa o justifique.
 - Cada membro do Órgão de Gestão, enquanto representante de sector/tipo de entidade, obriga-se a articular diretamente com as organizações congéneres que têm assento no Conselho de Parceiros, com vista a uma auscultação regular das mesmas;
 - O apoio técnico ao Órgão de Gestão é assegurado pela Estrutura Técnica (ET) da Entidade Gestora.
- Gestão de conflitos de interesses: Os membros do Órgão de Gestão estão impedidos de participar na decisão nas sessões respeitantes ao processo de decisão de financiamento de pedidos de apoio apresentados pelo próprio ou por entidade que represente ou com a qual tenha uma relação familiar ou de domínio (relações laborais ou de participação no capital, do próprio ou dos seus familiares).

Órgão de Fiscalização (OF)

- Composição e Funcionamento: Composto por 3 elementos, reúne ordinariamente, anualmente, com vista à emissão do parecer sobre o relatório de execução a submeter ao Conselho de Parceiros, bem como extraordinariamente sempre que para tal for convocado.
- Competências:
 - Fiscalizar os atos do Órgão de Gestão;

- Dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter ao Conselho de Parceiros;
- Velar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias.

Para além do já referido em “Gestão de Conflitos de Interesses” relativamente à decisão das candidaturas, na fase posterior o princípio da segregação de funções será devidamente assegurado na medida em que haverá a separação entre a análise das candidaturas e o respetivo acompanhamento e controlo: o técnico responsável pela análise de uma candidatura nunca fará o seu acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da ET.

Está assim assegurada a representatividade temática e setorial dos parceiros, a natureza pública e privada dos mesmos e a adequação do processo de envolvimento dos parceiros locais no DLBC Rural da parceria.

C.2 Descrição curricular da parceria ADER-AL – DLBC Rural

A ADER-AL, Entidade Gestora da parceria, é uma entidade de foro privado, sem fins lucrativos, constituída em 1996 com intervenção direta e privilegiada nos territórios rurais.

Desde o início, foi a entidade promotora e gestora, no seu território de intervenção, das várias edições da iniciativa LEADER no âmbito do II, III e IV Quadros Comunitários de Apoio, promovendo o financiamento de inúmeras iniciativas locais:

- No quadro do Programa LEADER II, garantiu o apoio a 114 projectos locais e mobilizou um montante equivalente a 783 milhões de escudos (cerca de 3,9 milhões de euros), com a criação de 50 postos de trabalho.
- No quadro do Programa LEADER +, garantiu o apoio a 131 projectos.
- No quadro do Subprograma 3 PRODER, garantiu o apoio a 151 projectos locais e mobilizou até ao momento um montante de 9,5 milhões de euros de Despesa Pública, tendo sido criados 136 postos de trabalho.

Parcerias Locais, regionais e nacionais:

Como Associação, a ADER-AL integra na sua estrutura associativa um conjunto diversificado de pessoas singulares ou coletivas que comungam dos mesmos objetivos e intervém ativamente em processos de desenvolvimento local. Desde o início que se pauta por uma atuação em parceria, de onde decorre a definição, implementação e acompanhamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, consubstanciada em planos de atuação, projetos e iniciativas implementadas no território.

Externamente, a ADER-AL pediu recentemente a sua integração nos diversos Conselhos Locais de Ação Social do seu Território de Atuação.

Ao nível supramunicipal, a ADER-AL integra o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, sendo a entidade coordenadora de duas Linhas de Intervenção: D.1.1. Qualificação e Animação económica do Património rural e D.1.2. Valorização das artes e ofícios e produtos do Alto Alentejo.

Integra também a Comissão Executiva da Candidatura do Montado a Património da Humanidade, a convite da Turismo do Alentejo e do Ribatejo, ERT.

A nível nacional, a ADER-AL integra ainda:

- Federação Minha Terra – Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local, fazendo parte do Grupo de Trabalho que acompanhou a discussão/reflexão sobre a PAC pós-2013 e realizou os trabalhos preparatórios do período de programação 2014-2020;
- Plataforma Local de Operacionalização e Gestão (PLOG) da marca Natural.pt, uma marca nacional ligada à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) do Sistema Nacional das Áreas Classificadas (SNAC) e sob a coordenação do ICNF;
- A Comissão Técnica CT 114 – Serviços Turísticos coordenada pelo Turismo de Portugal, I.P, nomeadamente nas subcomissões SC 6 – Turismo de natureza e outdoor e SC 13 – Turismo Industrial.

Cooperação interterritorial (nacional) e internacional:

O historial de cooperação da ADER-AL esteve desde sempre intimamente relacionado com uma das vertentes do atual projeto de cooperação, a Vertente Mercados Lusófonos, com a que se pretende definir e concretizar ações de prospeção de mercados com vista á promoção e comercialização de bens, serviços e dos próprios territórios rurais.

Assim, no LEADER II a associação cooperou em 3 projetos com entidades nacionais (Barco do Mundo Rural, Participação na Mostra do Mundo Rural e Seminário “O Programa LEADER e o Desenvolvimento do Mundo Rural”) e em 3 projetos de cooperação transnacional (I Seminário – Os Produtos Alimentares de Qualidade e Promoção dos Produtos Locais de Qualidade/Enogastronomia e Roteiros de Valorização dos Produtos Típicos em algumas Experiências LEADER).

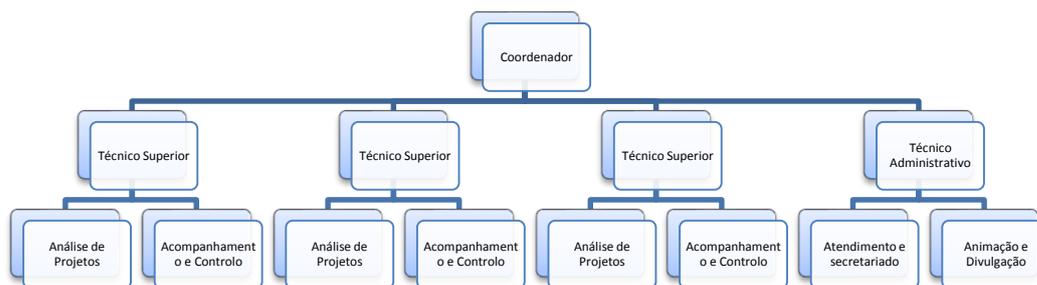
Durante o LEADER+, foi parceira num único projeto de cooperação internacional (Projeto CARDUM, cujo objetivo era o da valorização e promoção de queijos elaborados com flor de cardo para o desenvolvimento de atividades culturais e turísticas conjuntas com GAL's de Portugal e Espanha) e alargou substancialmente a sua participação para 18 projectos de cooperação nacionais.

No âmbito do PRODER, a ADER-AL integrou vários projetos de cooperação interterritorial e internacional, participando e dinamizando iniciativas de promoção dos recursos endógenos e do seu território, com base numa lógica de criação de economia de escala e de troca de experiências e *know-how* em diversas áreas de interesse:

- *7 Maravilhas da Gastronomia*: promoção da gastronomia da região, valorizando a sua diversidade e qualidade, os produtos usados na sua confeção, assim como as ligações aos territórios de origem;
- *Territórios Rurais Sustentáveis*: parceria de cinco ADL interessadas em aproveitar e rentabilizar os seus recursos endógenos, incorporando diversas fontes de energia renovável e da eficiência energética;
- *Internacionalização da Agricultura Portuguesa*: projeto de cooperação com 2 associações do Ribatejo com vista à elaboração de dossiers que forneçam toda a informação necessária sobre as condições e possibilidades de instalação de agricultores portugueses em países com condições edafoclimáticas semelhantes às das duas regiões;
- *PROVE, Promover e Vender*: metodologia que visa a promoção de novas formas de comercialização de circuito curto, nomeadamente de produtos agrícolas, entre pequenos produtores e consumidores, de modo a dar um contributo importante para o escoamento dos produtos locais e a melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome.
- *Cooperar em Português*: o único projeto de cooperação transnacional, promovendo a troca de informações e experiências sobre os processos locais de desenvolvimento entre parceiros de países lusófonos.

CAPACIDADE FINANCEIRA, TÉCNICA E MATERIAL

A Equipa Técnica da ADER-AL apresenta atualmente a seguinte composição e organização funcional:



Esta estrutura é a que teve a seu cargo a análise e acompanhamento das candidaturas apresentadas ao Subprograma 3 PRODER no período 2007-2013, tendo sido analisadas 352 candidaturas que se traduziam em 32 milhões € de investimento total. Deste número foram contratadas 151 operações representando 17 milhões de euros de investimento e uma despesa pública de 9,9 milhões de euros. Mantêm-se os meios materiais do período de financiamento anterior e o financiamento para o funcionamento da Equipa Técnica está devidamente acautelado pela medida de assistência técnica FEADER no caso de qualificação da parceria ADER-AL – DLBC Rural.

C. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

D.1 ANÁLISE DE CONTEXTO

População:

A densidade populacional (nº habitantes/km²) dos concelhos do Território de Atuação da ADER-AL distribui-se da seguinte forma:

Quadro 3 – Densidade populacional dos concelhos do Território de Atuação da ADER-AL (2011)

Concelho	População	Superfície (km ²)	Densidade Populacional
Arronches	3 165	314,6	10,1
Campo Maior	8 456	247,2	34,2
Castelo de Vide	3 407	264,9	12,9
Crato	3 708	398,1	9,3
Elvas	23 078	631,3	36,6
Marvão	3 512	154,9	22,7
Monforte	3 329	420,2	7,9
Nisa	7 450	575,7	12,9

Concelho	População	Superfície (km ²)	Densidade Populacional
Portalegre	24 930	447,1	55,8
Sousel	5 074	279,3	18,2
	86 109	3 733,4	23,1

FONTE: INE, Censos 2011

O valor já de si baixo da densidade populacional global do Território de Atuação (23,1 hab/km²) atinge valores especialmente preocupantes nos concelhos de Monforte e de Crato, com 7,9 hab/km² e 9,3 hab/km², respetivamente. Aliás, estes concelhos já tinham sido referenciados pela mesma realidade no diagnóstico da candidatura da ADER-AL para o período 2007-2014 – na altura, com os valores de 8,08 hab/km² para Monforte e 10,92 hab/km² para Crato, relativamente à variação e entre 1991 e 2001 (e agora ainda mais agravados).

O Território de Atuação tem vindo a registar uma perda demográfica ao longo das últimas décadas, registando uma variação negativa em praticamente todos os concelhos no último período intercensitário (2001-2011) – a exceção foi o concelho de Campo Maior que teve um aumento de 69 habitantes neste período, facto que estará relacionado com as oportunidades de emprego ali existentes associadas ao Grupo Delta. Elvas teve o menor decréscimo de todos os outros 9 concelhos e cinco concelhos registaram mesmo uma perda de mais de 10% da sua população: Castelo de Vide, Crato, Marvão, Nisa e Sousel.

O decréscimo de 5,5% verificado no Território de Intervenção é o dobro do registado pela NUT II Alentejo, isto numa região já de si caracterizada pela rarefação populacional. Serão necessárias medidas urgentes para estancar a quebra populacional que tem marcado as últimas décadas, pelo que a Estratégia de Desenvolvimento Local da ADER-AL constitui um contributo central para a prossecução desse objetivo.

Numa análise mais micro, das 47 freguesias que compõem o Território de Atuação, 5 freguesias registaram diminuições com valores abaixo dos -20% e apenas 6 verificaram um aumento na população residente na década 2001-2011.

Com todos os concelhos a registarem taxas de crescimento natural⁶ negativas, a estrutura etária da população do Território de Atuação dá conta de uma população tendencialmente envelhecida, com valores situados entre os 9,5% e os 15,6% na base (população entre 0 e 14 anos) e próximo ou

⁶ Diferença entre taxa de natalidade e taxa de mortalidade.

a exceder os 30% na maior parte parte dos concelhos do Território, no topo (população com 65 ou mais anos).

Relativamente ao Índice de Envelhecimento⁷, em 2011 regista-se o valor de 201%⁸, ou seja, existem 2 idosos por cada jovem. As situações mais estabilizadas verificam-se em Campo Maior e Elvas, com valores do índice de envelhecimento indicando 1,4 idoso/jovem. Existem mesmo cinco concelhos do território em análise que apresentam valores correspondentes à existência de mais de 3 idosos por cada jovem.

Um outro aspeto demográfico a analisar prende-se com as características do povoamento. Nesta perspetiva, o principal aspeto que ressalta é que mais de metade da população do Território de Intervenção reside em núcleos isolados ou com menos de 2.000 habitantes, o que confere um perfil de elevada dispersão baseada em núcleos populacionais de reduzida dimensão, situação característica dos territórios de baixa densidade⁹.

Não obstante este padrão generalizado, existem realidades territoriais distintas. Assim os concelhos que apresentam maior grau de ruralidade são Arronches, Crato, Marvão, Monforte e Sousel, onde a totalidade da população reside em núcleos até 2.000 habitantes. A população que reside em núcleos com mais de 5.000 habitantes resume-se a Campo Maior, Elvas, Nisa, Portalegre e Sousel, nos quais a maior parte da população se concentra na sede de concelho.

Estes pequenos centros rurais, que proliferam pelo Território, podem ter um papel fundamental na sustentabilidade do mesmo. Num contexto em que a sua função na organização da atividade agrícola é diminuta, devem procurar ter um papel ativo no âmbito da terciarização da economia rural (novas funções na área do turismo e dos serviços) e no desenvolvimento e promoção dos recursos endógenos. Para tal é fundamental manter as comunidades locais e proporcionar o acesso a equipamentos e serviços (TIC, serviços de proximidade, acessibilidade e mobilidade). Estas estruturas do povoamento tradicional deverão articular-se com as sedes de concelhos, às quais cabe garantir níveis de sustentabilidade social devendo ser dotadas de equipamentos e serviços capazes de garantir a coesão e a competitividade social e económica.

Emprego e Dinâmica Empresarial:

⁷ Quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades entre os 0 e os 14 anos.

⁸ Quociente entre 22.772 (habitantes do 65 ou mais anos) e 11.333 (habitantes entre os 0 e os 14 anos).

⁹ Ver Quadro 1.

Olhando para o mercado de trabalho, e como consequência do envelhecimento da população, a taxa de atividade¹⁰ da região Alentejo (de 45%) apenas é superada em dois concelhos do Território de Intervenção: Portalegre (capital de distrito) e Campo Maior (principalmente devido à existência do Grupo Delta). Nisa, Crato e Marvão surgem com taxas de atividade extremamente reduzidas, devido principalmente às freguesias mais rurais. Além disso, verifica-se um significativo diferencial entre a atividade masculina e feminina, com maior prejuízo para a segunda.

Dos 31.561 residentes empregados em 2011 no Território de Intervenção, a maioria concentrava-se no setor terciário que se destacava dos restantes setores com cerca de 75% dos trabalhadores, seguido do secundário com 18% e do primário com 7%.

Entre 2009 e 2011, o setor terciário manteve a tendência de crescimento que já registava na década anterior enquanto o setor primário foi o que maior quebra registou. Não obstante a acentuada e continuada variação negativa, o setor primário continua a destacar-se em Sousel, Monforte e Arronches, concelhos do Território de Atuação em que a agricultura tem uma preponderância superior à média regional. Por sua vez, o setor secundário destaca-se em Campo Maior, o único concelho do Território em que a população aqui empregada regista um valor superior à média da região Alentejo. Relativamente ao peso do setor terciário, apenas Campo Maior e Sousel têm valores que se situam abaixo dos registados na NUTS II Alentejo.

No que diz respeito à situação do desemprego¹¹, os concelhos do Território de Atuação apresentavam um panorama um pouco mais favorável que o verificado na região Alentejo (13%), com todos os concelhos registando valores com dois dígitos. As situações mais preocupantes observaram-se em Elvas, Campo Maior e Monforte.

Apesar de na região Alentejo a taxa de desemprego feminina ser superior à masculina, esta desigualdade varia de concelho para concelho, não sendo de registar nenhuma tendência maioritária.

Os números evidenciam a debilidade da estrutura de emprego sub-regional e das estruturas produtivas, que não conseguem absorver a mão-de-obra disponível para trabalhar e por conseguinte, a necessidade de implementação de medidas que promovam a consolidação das atividades económicas capazes de fixar trabalhadores.

¹⁰ Quociente entre (População empregada + População desempregada) e Total população

¹¹ Relação entre a população desempregada e a população ativa.

Relativamente ao Poder de Compra *per capita*¹² (o qual permite aferir o nível de vida das populações residentes através da vertente relativa à riqueza material das famílias), em 2011 este valor era de 88% no Território de Atuação.

Na comparação deste indicador entre os vários concelhos, Portalegre é o único que ultrapassa a média nacional (com 102%), sendo Campo Maior o único concelho que o acompanha na fuga ao padrão generalizado de valores aquém da média na NUT II Alentejo. Em terceiro lugar posiciona-se Elvas, o que evidencia uma vez mais a existência do triângulo Elvas-Campo Maior-Portalegre. Os restantes concelhos registam valores bastantes reduzidos, sendo as 3 últimas posições ocupadas por Marvão, Monforte e Sousel, resultados que expressam, uma vez mais, a fraca dinâmica de desenvolvimento sub-regional.

Analisando a evolução das atividades económicas e da estrutura empresarial do território, somos remetidos para o perfil de atividades muito associadas a territórios rurais: por um lado, destaca-se a importância social e económica que o setor primário ainda detém, associado à utilização de métodos de produção tradicionais; e, por outro, a reduzida dimensão das empresas e a sua baixa aposta na inovação. Ainda assim, o Território de Atuação tem conseguido evidenciar alguma dinâmica económica na área agrícola e no sector terciário.

Os dados de caracterização geral sobre a dinâmica económica do Território de Intervenção entre 2004¹³ e 2011 expressam o seguinte:

- Metade dos concelhos registaram uma evolução positiva do número de empresas, mas que não chegou para compensar o número de empresas extintas nos outros 5 concelhos do Território de Intervenção, traduzindo-se numa diminuição total de 19 empresas neste período.
- A variação do pessoal ao serviço é positiva no total dos concelhos do Território de Intervenção, traduzindo-se na criação líquida de 244 postos de trabalho.
- Apenas os concelhos de Campo Maior, Portalegre e Elvas registaram a criação líquida de postos de trabalho.

¹² Índice constituído a partir de diferentes variáveis que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios e regiões, e com um valor de referência nacional igual a 100.

¹³ Ano de reclassificação estatística (INE).

- Apesar de Castelo de Vide e Marvão terem visto aumentar o número de empresas no período 2004-2011, esse aumento não foi acompanhado por uma evolução no mesmo sentido do número de trabalhadores.

As assimetrias ao nível da distribuição do total de estabelecimentos do Território de Atuação, por concelho, são acentuadas: tomando por referência os valores absolutos, Portalegre e Elvas são os concelhos que totalizam maior número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço.

Os traços de evolução são, ainda, reforçados pela análise de repartição setorial dos estabelecimentos, com o registo de um acentuado decréscimo nas atividades relacionadas com o comércio por grosso, a construção e as indústrias transformadoras. Ainda em termos absolutos, o concelho de Nisa foi o mais afetado, seguido pelo concelho de Sousel. Os maiores incrementos registaram-se nos sectores relacionados com *Atividades administrativas e dos serviços de apoio, Atividades de saúde humana e apoio social e Educação*. As actividades relacionadas com a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* viram aumentar o número líquido de empresas em praticamente todos os concelhos.

Conclui-se então por uma dinâmica empresarial assente em:

- Setor agrícola em crescimento, resultado da aposta na valorização dos produtos regionais;
- Indústria, construção, comércio, alojamento e restauração em declínio;
- Setor de serviços, de uma forma geral, em afirmação, registando-se um esforço de qualificação e diversificação.

Economia

- Setor Primário

A perda generalizada de população no Território de Intervenção, associada ao êxodo rural e à baixa natalidade, conjugada com processos de modernização das sociedades teve, naturalmente, impacto na estrutura económica do território.

No caso da atividade agrícola e pecuária, ela sofreu um processo de transformação influenciado pelos fatores mencionados e pela concentração da população nas sedes de concelho. Esse processo passou pelo desenvolvimento e mecanização da agricultura, como resposta à carência de mão-de-obra e envelhecimento da mesma, o que permitiu que, apesar da terciarização da economia, a tradição agrícola permaneça, neste território, como uma importante fonte de

rendimento e de emprego para parte significativa da população, sobretudo para a que vive nos concelhos mais rurais do Território de Atuação (por exemplo, Monforte e Arronches) e nas freguesias fora dos centros urbanos e das sedes de Concelho.

“O sector agrícola continua a constituir, a par do Turismo, a área mais importante para o desenvolvimento sustentável do território e para a valorização do mundo rural.”¹⁴

É nos concelhos de Monforte, Arronches e Sousel que o número de empresas ligadas à *atividade agrícola, produção animal, caça, floresta e pesca* têm maior peso, dinâmica que é igualmente acompanhada pelo maior volume de emprego nesta atividade económica. Em valores absolutos, Elvas destaca-se declaradamente pelo maior número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço.

Em termos de estrutura fundiária das explorações agrícola no Território de Atuação, existe uma clara dicotomia entre explorações de reduzida dimensão (57% do número de explorações existentes tem menos de 5 ha) e as explorações de maior dimensão que ocupam vastas áreas (87,5% da superfície é ocupada por explorações de dimensão superior a 50 ha mas que, em número constituem apenas 15% do total das explorações agrícolas no território de Intervenção¹⁵).

Estas últimas propriedades de média e grande dimensão pertencem, na generalidade dos casos, a empresários em nome individual ou a sociedades agrícolas com uma lógica de produção que visa a rentabilização económica. Por oposição, as explorações com áreas muito pequenas estão frequentemente associadas à exploração familiar.

As culturas dominantes no Território de Atuação são os cereais para grão e as culturas hortícolas (muitas vezes em rotação com prados e pastagens, ou sob coberto), a silvicultura (nomeadamente, sobreiro, azinheira, eucalipto e pinheiro), o olival e a vinha.

Na zona da Serra de S. Mamede predomina a pequena e média propriedade com culturas diversificadas e alternadas: carvalhais, montados de sobreiro, olivais, pinhais, eucaliptais e o sequeiro. A sul da zona serrana encontra-se a grande propriedade onde predomina a agricultura extensiva de sequeiro, nalgumas situações associadas ao montado de sobreiro e azinho à criação de gado. Na atividade pecuária extensiva destaca-se a criação de bovinos (principalmente de carne), suínos e ovinos.

¹⁴ in *Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020* (CIMAA).

¹⁵ Os dados mais recentes disponíveis (com o nível de desagregação do município) dizem respeito ao ano de 2009.

Os concelhos de Elvas e de Campo Maior, apesar de terem grande representação da atividade olivícola, não dispõem de unidade de transformação (lagares), condicionando assim a sua rentabilidade.

Além do já referido, as atividades agrícolas e pecuárias no Norte Alentejo lidam com dificuldades relacionadas, por um lado, com as características dos solos que não são compatíveis com modos de produção mais rentáveis e, por outro lado, com a baixa capacidade de armazenamento de água.

A par deste condicionalismo, as atividades primárias apresentam um conjunto de características que limitam o seu desenvolvimento:

- A nível da mão-de-obra – agricultores de idade muito avançada e baixas habilitações, escassez de mão-de-obra especializada (insuficiente aposta na formação profissional).
- Ao nível da dinâmica empresarial – inexistência de uma lógica de rentabilização dos recursos e aproveitamento económico no desenvolvimento da atividade agrícola.
- Ao nível das infraestruturas – ainda deficiente dotação de infraestruturas e equipamentos (sistemas de rega, maquinaria, etc.).

Não obstante as fragilidades mencionadas, observam-se sinais de mudança, principalmente a crescente aposta na qualidade e valorização de produtos locais de qualidade cujo reconhecimento passa pela certificação. No território em análise, são vários os produtos agrícolas e pecuários de qualidade protegidos (DOP / IGP / EPG) de que fazem parte: o azeite, a carne de ovino, bovino e suíno, a salsicharia, as frutas e outras, o mel e os queijos.

Alguns dos segmentos produtivos distinguem-se pela qualidade e especialidade, designadamente: o setor das frutas (cereja, maçã e ameixa); a pecuária extensiva de raças autóctones (carne de qualidade e produtos transformados); a produção do azeite; o setor florestal; e a produção de vinho. Por outro lado, o aproveitamento dos produtos locais como meio de promoção do território aparece agora também associado ao turismo.

As potencialidades deste setor são grandes pelo que se espera que continue a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento do Território de Intervenção, em particular, e no Alto Alentejo, em geral. Para tal, é essencial, por um lado, inverter-se a tendência de desertificação e fixar a população, sobretudo jovem e em meio rural, e, por outro lado, embora com uma relação direta, desenvolver e inovar os produtos/áreas com maior potencial (algumas são as mais tradicionais).

- Setor Secundário

No Território de Intervenção, tal como na NUT III Alto Alentejo, não há uma tradição industrial, pelo que o peso deste setor (com CAE's B a F), na estrutura económica, não é muito significativo. Assim, e de um modo geral, a atividade industrial encontra-se muito pouco desenvolvida e o peso da indústria no território só se destaca em termos de algum volume de emprego - ao reunir 23% das pessoas ao serviço -, uma vez que o peso dos estabelecimentos na estrutura económica não chega a atingir os 12,5%¹⁶. Além disso, e como já referido anteriormente: o número de pessoas ao serviço diminuiu consideravelmente entre 2004 e 2011, tanto na indústria extrativa como na indústria transformadora. Semelhante dinâmica negativa foi observada no número de estabelecimentos.

Assente em setores tradicionais e fortemente dependente de uma oferta de matérias-primas e de uma procura local, a indústria centraliza-se, sobretudo, em torno da indústria alimentar, da construção civil e das indústrias relacionadas.

A análise mais desagregada (por concelho) revela, contudo, a importância relativa que o emprego na indústria tem em Campo Maior (na atividade *Indústrias Transformadoras*) e em Crato e Arronches (na atividade *Construção*). Em termos de número de estabelecimentos, o cenário é bem diferente e a indústria aparece menos evidenciada, destacando-se Elvas e Portalegre em valores absolutos.

As potencialidades, à partida pouco expressivas, que a indústria encerra no Território de Atuação, ficam a dever-se, no entanto, a:

- Valorização dos recursos naturais locais – produção de madeira e cortiça, exploração das rochas ornamentais e cerâmicas - com particular destaque para a cortiça;
- Aposta no aproveitamento e transformação dos produtos provenientes do setor primário como é o caso das indústrias alimentares (salsicharias, queijarias, lacticínios, etc.).

Apesar do dinamismo pouco expressivo, as atividades ligadas ao setor secundário, encontram potencialidades de desenvolvimento futuro na localização geográfica privilegiada do Território de Intervenção, no reforço das infraestruturas e equipamentos, e na valorização dos recursos humanos.

¹⁶ Valores para: Indústrias extractivas + Indústrias transformadoras + Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio + Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição + Construção. Dados apresentados no Quadro 16.

- Setor Terciário

No Território de Atuação, a atividade terciária é uma componente importante da estrutura económica pelo número de estabelecimentos existentes, mas sobretudo pelos trabalhadores que emprega e pelo seu dinamismo.

Em 2011, o setor terciário representava 71 % do tecido empresarial do Território de Intervenção, empregando cerca de 63% de trabalhadores e sendo o sector com maior crescimento, quer em termos de número de empresas quer em termos de número de trabalhadores ao serviço. Apesar de as atividades ligadas ao comércio concentrarem o maior volume de emprego¹⁷ e o maior peso de estabelecimentos na dinâmica económica do sector terciário no Território de Atuação, são os serviços que se destacam pelo maior crescimento. De facto, o comércio foi a atividade que mais viu diminuir o número de empresas entre 2004 e 2011.

No campo dos serviços, existe uma concentração em torno das empresas de *Alojamento, restauração e similares*, o que está relacionado com a importância turística do Território. A mesma tendência é verificada ao nível do pessoal ao serviço nesta atividade, que ocupa o primeiro lugar em termos de emprego no sector dos serviços em quase todo o Território de Atuação (exceção de Portalegre, com maior ocupação nas *Atividades de saúde humana e apoio social* e de Sousel, com *Transportes e armazenagem*). Em Marvão, destaca-se a importância que as atividades ligadas ao turismo têm na sua estrutura económica.

Não obstante a perda de efetivos populacionais, o desenvolvimento urbano-residencial dos últimos anos, associado a uma crescente preocupação com as atividades de natureza pessoal e social, estimulou o aparecimento de novos serviços de apoio às empresas e à população com particular destaque para o aumento no número de empresas relacionadas com *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*.

Nesta perspetiva, deve-se realçar o efeito da crise que se fez sentir nos últimos anos, e que veio contrair um crescimento que se vinha a verificar na década anterior nas empresas do ramo de atividade que inclui os serviços prestados a empresas e os transportes, armazenagens e comunicações. Estes estabelecimentos são fundamentais para garantir uma maior interdependência dos processos produtivos, pelo que representavam um potencial fator de atração para a localização de novas empresas, agora quase perdido.

No que diz respeito às atividades de natureza social, é reconhecida a sua importância para assegurar não só a qualidade de vida das populações residentes, mas também a dos visitantes e turistas. Aliás a promoção turística, para além, de assentar nos recursos naturais, históricos,

¹⁷ À exceção do concelho de Portalegre, onde esta atividade ocupa o segundo lugar no número de pessoas ao serviço no sector terciário.

culturais e artesanais deve ser complementada pela oferta de outros equipamentos e serviços que lhe sirvam de suporte e que são, igualmente, importantes para a sua sustentabilidade e desenvolvimento.

- Turismo

Pela sua importância, deverá dedicar-se uma atenção particular aos recursos turísticos e património existentes no Território de Intervenção, tanto pela sua quantidade como pela qualidade, diversidade e valor natural histórico-cultural.

O Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo procedeu a uma análise prospectiva dos recursos turísticos da sub-região onde se situa o Território de Intervenção da ADER-AL. A identificação destes recursos é também plasmada na Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020 da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo:

Tipologia de Recursos	Caracterização
<i>Gastronomia e Vinhos</i>	O património Gastronomia e Vinhos compreende um vastíssimo ativo constituído por bens alimentares de origem agrícola, artesanal e agroalimentar, destacando-se no território do Alto Alentejo os produtos locais e a gastronomia tradicional, com especial relevância para os produtos alimentares DOP e IGP (queijo, fumeiro, azeite e diversidade de ervas aromáticas).
<i>Recursos cinegéticos e equestres e pastorícia</i>	O aproveitamento económico dos recursos cinegéticos do Alto Alentejo tem por base a existência de 609 Zonas de Caça (364 associativas, 54 municipais e 191 turísticas), com destaque para o maior potencial dos municípios de Nisa, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide. Em termos de recursos equestres, destaca-se: a Coudelaria de Alter pela sua forte ligação ao cavalo lusitano, dando expressão à cultura equestre bastante representativa do território, bem como um conjunto de coudelarias privadas que criam “puros Sangue Lusitano” e o Centro Hípico de Fronteira, que organiza o Campeonato Nacional de Resistência Equestre, ainda com incipiente promoção e divulgação.
<i>Paisagísticos e naturais</i>	O Alto Alentejo dispõe de várias áreas naturais que beneficiam de proteção especial pelo seu alto valor ambiental e pelo conjunto paisagístico que as integra, com destaque para: o Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM), tutelado pelo ICNF; as seis Zonas de Proteção Especial; os quatro Sítios de Interesse Comunitário; e o Geopark NaturTejo. No Alto Alentejo, a água está fortemente associada aos rios e às albufeiras existentes (sobretudo, Montargil, Maranhão, Caia e Póvoa e Meadas) e aos recursos termais [Termas da Fadagosa (Nisa) e Cabeço de Vide (Fronteira)], com expressão própria para integrar uma vertente de turismo de saúde na composição da oferta turística da sub-região. As excelentes condições naturais das albufeiras são propícias ao desenvolvimento de atividades de turismo náutico (caso das de Montargil e Maranhão), são procuradas por equipas profissionais de remo e canoagem, sobretudo do Norte da Europa, para efetuarem os seus estágios na época de Inverno; o potencial deste mercado é elevado e deve ser aproveitado.
<i>Ruralidade, etnografia e artes e ofícios tradicionais</i>	Este conjunto de recursos turísticos integra as vivências e tradições musicais, o vestuário tradicional, as festividades, as lendas, as artes tradicionais, os costumes e outros valores associados ao território do Alto Alentejo. No domínio da ruralidade assumem especial importância os campos agrícolas, o montado, as casas tipicamente alentejanas e os saberes tradicionais associados ao equilíbrio vivido durante séculos entre o Homem e a Natureza, destacando-se o respeito pelos ciclos de produção agrícola, os saberes gastronómicos, do trabalho da terra e das curas tradicionais.
<i>Identidade e imaginário coletivo</i>	Este grupo de recursos integra o conjunto de patrimónios imateriais que não são quantificáveis e estão associados ao imaginário do território, aos símbolos e valores associados à identidade do Alto Alentejo, reafirmados continuamente pelas comunidades locais.
<i>Natureza e biodiversidade (fauna e flora)</i>	A riqueza da biodiversidade está patente nas áreas protegidas que cobrem uma parte significativa do território. A área do Parque Natural da Serra de São Mamede é de grande importância a nível ornitológico, tanto no território nacional como na Península Ibérica, fazendo parte da rota migratória de muitas espécies de aves, entre a Europa e África. O Atlas das Aves do PNSSM inventariou cerca de 150 espécies, 40 das quais nidificam no Parque, destacando-se espécies com estatuto de conservação da natureza. Ao nível da flora, as condições edafoclimáticas do PNSSM estão associadas a unidades de paisagem muito diferenciada que albergam uma enorme diversidade de flora em função das áreas, uma enorme riqueza do território.
<i>Monumentalidade e outros recursos culturais</i>	Este grupo de recursos é constituído pelo edificado material de ordem religiosa, civil e militar de importância histórica e arquitetónica, frequentemente associados ao legado do Homem no território. Entre os recursos de maior tradição neste grupo, salientam-se os monumentos militares, o edificado de cariz religioso (igrejas, capelas, sinagogas, ...) ou nobiliárquico (de que são exemplo, os palácios). No quadro do património histórico, assume alguma relevância a existência de monumentos arqueológicos associados à Era do Megalítico, com destaque para os monumentos fúnebres e para a arte rupestre.

Salientam-se alguns tipos de recursos especialmente relevantes no Território de Intervenção:

– *Gastronomia e vinhos*

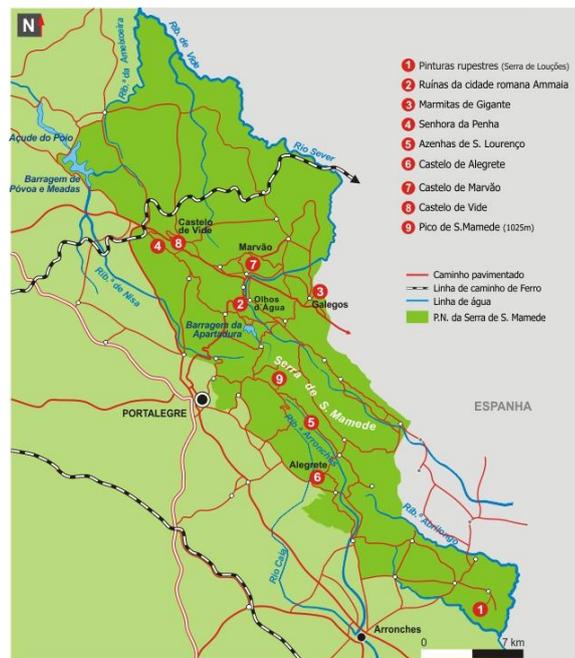
No domínio alimentar, algumas práticas tradicionais beneficiaram de um movimento de revalorização e certificação que contribuiu para salvaguardar o património local: DOP's, IGP's e ETG's são estatutos de proteção que associam o nome do produto (e consequentemente o seu sabor, imagem e características organoléticas) à região/local onde é produzido. O Território de Atuação é onde se localiza o maior número de produtos certificados em todo o país.

Também Portalegre é uma das sub-regiões da região Vitivinícola Alentejo de produção de vinho DOC (Denominação de Origem Controlada), certificados pela Comissão Vitivinícola da Região Alentejana (CVRA).

– *Recursos Paisagísticos e naturais / Natureza e biodiversidade (fauna e flora)*

No domínio dos recursos naturais e ambientais, a Serra de S. Mamede é considerada o elemento emblemático da imagem turística do Território de Intervenção e elemento distintivo da paisagem da região. O parque Natural da Serra de São Mamede, criado em 1989 (Dec-Lei n.º 1221/89 de 14 de Abril), cobre um total de 31.750 ha distribuídos por quatro concelhos: Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre.

FIGURA 2 – Mapa do Parque Natural da Serra de S. Mamede



FONTE: www.icnf.pt

Classificado como área protegida pelo ICNF, com o objetivo de assegurar a conservação da natureza, é o único parque existente no Norte Alentejano e representa 8,5% do total do Território de Intervenção da ADER-AL.

Na vertente identificada do referido Plano Operacional de Turismo se refere a vertente de turismo de saúde como área de desenvolver, e que passa pela existência de três fontes de águas termais exploradas para fins terapêuticos: Castelo de Vide, Monte da Pedra (Crato) e Fadagosa de Nisa (Nisa) que, no entanto, ainda suscitam pouca procura.

– *Ruralidade, etnografia e artes e ofícios tradicionais*

A variedade do artesanato é grande e surge destacada em três polos: Nisa, onde se podem encontrar bordados e alinhavos e arte pastoril em cortiça; Portalegre, com barros, cortiça, latoaria e forjados; e Castelo de Vide pela produção de trabalhos em metal, azulejaria, pintura decorativa em cerâmica, trapologia, rendas e bordados, pintura em vidro, vitrais e olaria.

Apesar da diversidade de produção artesanal, que não se restringe só a estes exemplos e concelhos, este é um recurso que merece algum investimento e apoio, por forma a evitar o desaparecimento de alguns ofícios, tendo em conta o reduzido número de artesãos (7) reconhecidos e a sua idade avançada. Em 2011, existiam no Território de Intervenção 7 unidades produtivas artesanais que empregavam 10 trabalhadores, dos quais 5 homens e 2 mulheres.

– *Monumentalidade e outros recursos naturais*

O setor de recursos histórico-arquitetónicos promove a articulação entre as componentes arqueológicas, paisagísticas e/ou arquitetónicas do património construído. Estes recursos integram edifícios de valor patrimonial, algumas aldeias e vilas que constituem conjuntos edificados com importância histórica e arquitetónica, bem como vestígios arqueológicos. No Território de Intervenção estão contabilizados 158 imóveis classificados por km², um valor bastante superior à média do Continente que tem referência 100.

Do conjunto de vilas e aldeias que mantêm níveis elevados de preservação, destacam-se: Marvão, Castelo de Vide, Esperança (Arronches), Ouguela (Campo Maior), Flor da Rosa (Crato), Beirã, Escusa e São Salvador da Aramenha (Marvão).

Os vestígios arqueológicos encontrados na Região potenciam um aproveitamento turístico assente na articulação com outros segmentos da oferta turística e temas específicos, como a gastronomia, o hipismo e o termalismo. Neste segmento inserem-se também os elementos edificados da arquitetura vernácula ligada à população (antas, fontanários, moinhos...) ou à rede viária tradicional (pontes, vias romanas...). Também neste caso estão

identificados circuitos temáticos que poderão ser concretizados a partir da integração com atividades turísticas como o hipismo ou o pedestrianismo, ou ainda com outros recursos: albufeiras/recursos hídricos, artesanato, paisagens naturais, ...

A cidade de Elvas herdou um vasto património militar de reconhecido valor e autenticidade. Foi classificado em 2012 como Património da Humanidade todo o centro histórico, as muralhas abaluartadas do séc. XVII, o Forte de Santa Luzia, o Forte da Graça, o Aqueduto da Amoreira e os seus três fortins. Este é sem dúvida um grande fator de tração para turistas quer do mercado interno quer do mercado externo.

Noutra dimensão que caracteriza os recursos histórico-culturais, as referências às práticas e saberes tradicionais quer na categoria do artesanato não alimentar, quer do alimentar – manifestações culturais, gastronomia e produtos agroalimentares tradicionais, bem como os museus – constituem um património que promove aspetos diferenciadores do Território. O património cultural relacionado com as festas, feiras, procissões e romarias assume uma forte vocação turística no território com destaque para as Festas do Povo Campo Maior que se realizam “quando o povo quer” e que preparam agora a sua candidatura também a Património da Humanidade.

- Recursos de Suporte

- *Turismo*

Do ponto de vista da caracterização dos recursos turísticos de suporte, ela remete, por um lado, para o papel desempenhado por estruturas como os restaurantes, e por outro, para a oferta de alojamento.

Não obstante a potencialidade de recursos existentes, capazes de garantir um maior desenvolvimento desta atividade, a oferta do Território de Intervenção ainda é globalmente pouco estruturada e articulada. Existem todavia alguns recursos de suporte. Elvas sobressai, pela sua quantidade de estabelecimentos, bem como pela capacidade de alojamento, o que se traduz pela maior dimensão dos estabelecimentos. Esta situação justifica-se pela localização deste concelho junto a uma das principais fronteiras nacionais e pelo recente galardão conferido pela Unesco.

Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, detêm também alguma capacidade hoteleira, embora pelo posicionamento de Portalegre como capital de distrito e localização junto à Serra de S. Mamede esta pudesse ser mais expressiva. Marvão e Castelo de Vide são destinos que entram nas rotas turísticas sejam pela presença da Serra, no primeiro caso, pelo termalismo,

no segundo, apesar de nos últimos anos esta atividade ter deixado cair bastante a sua expressividade.

Pelo contrário, em Arronches, Nisa e Sousel não está registado qualquer estabelecimento, o que é emblemático da pouca capacidade destes concelhos para atrair investimentos, mesmo na área do turismo. Situação preocupante para mais tratando-se de Nisa de uma área de termalismo.

Olhando agora para alguns indicadores do setor, verifica-se uma estada média muito reduzida o que traduz uma capacidade para fixar os turistas através de uma oferta integrada que os faça permanecer durante períodos mais alargados.

De resto Marvão é o concelho que apresenta melhores indicadores, com maior taxa de ocupação e proporção de hóspedes estrangeiros superior. Todavia ainda com uma taxa líquida de ocupação bastante baixa.

O Turismo em Espaço Rural (TER) merece menção especial dado que a par do Turismo de Natureza detêm uma forte importância na dinamização das economias locais em espaço rural.

A categoria de alojamento designada por TER (Turismo em Espaço Rural) integra as várias modalidades: Agroturismo, Hotel Rural, Casas de Campo e Turismo de Aldeia. No Território de Intervenção a oferta turística em espaço rural é relativamente elevada. Porém, o turismo rural também necessita de uma boa estratégia de promoção, visto que cada vez menos os turistas se conformam com uma simples hospedagem. Mais exigentes, procuram vivenciar a realidade rural, pelo que é urgente programar atividades de animação ou de eventos que possam satisfazer as necessidades e expectativas do turista rural.

– *Competências Escolares*

(i) *Ensino Superior* - O Instituto Politécnico de Portalegre integra quatro escolas: Escola Superior de Educação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde e Escola Superior Agrária - esta última localizada em Elvas – e com uma oferta de formação superior muito diversificada.

(ii) *Ensino Profissional* - Existe uma rede diversificada de unidades formativas que proporciona uma grande heterogeneidade de formações nas mais diversas áreas, desde Audiovisuais e Produção dos Media, Ciências Empresariais, ao Trabalho Social, entre outras.

(iii) *Ensino Tecnológico*- Na Escola Superior Agrária e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão são lecionados vários Cursos de Especialização Tecnológica em áreas muito diversas.

(iv) *Outra formação técnica especializada* – A Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre tem vindo a afirmar-se no território, com vários cursos de formação técnica especializada.

- Desafios do território

No Território de Atuação, persistem, ainda, algumas áreas onde a oferta de serviços é insuficiente, nomeadamente, serviços de cultura, lazer e desporto, e serviços de natureza social (por exemplo, apoio à população idosa) para dar resposta a todas as solicitações e necessidades da população. As carências são generalizadas a praticamente todo o tipo de valências, naturalmente, que com oscilações consoante o concelho, mas sobretudo, conforme a maior ou menor ruralidade dos territórios. Observam-se, assim, assimetrias sociais e económicas de que decorrem desiguais condições de vida à população.

Mas as carências não são só quantitativas. Verificam-se também constrangimentos de natureza qualitativa: falta de formação específica de pessoal de apoio e dos quadros técnicos das organizações; ausência de atividade de ocupação direcionada para os idosos; e escassez de projetos inovadores dirigidos à comunidade; entre outras.

Da mesma forma, os equipamentos de saúde e de segurança pública são aspetos indispensáveis e cada vez mais valorizados por quase todos os segmentos da procura. Porém, e à semelhança do que acontece com os outros serviços, estes são afetados pela falta de médicos (especialização e clínica geral) que tem consequências na prolongada demora na obtenção de consultas no Centro de Saúde/Hospital.

De uma forma geral, qualquer que seja a intenção de intervenção, existe um vasto campo por explorar em áreas que cruzam os aspetos sociais em sentido estrito, com a abertura dos espaços à comunidade local e que passam, também pelos serviços de proximidade.

Coesão Social

- Abandono escolar

Relativamente à Taxa Bruta de Escolarização¹⁸ de nível secundário, verifica-se a existência de diferenças significativas entre os concelhos do Território de Atuação, com valores muito baixos nos concelhos com menor população residente e valores extremamente elevados noutros concelhos (por exemplo, em Portalegre, capital de distrito).

¹⁸ Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

Relativamente à Taxa de retenção e desistência no ensino básico¹⁹, os valores mais elevados (apontando portanto situações mais críticas) são registados no concelho de Crato a nível do 1º ciclo, no concelho de Nisa no 2º ciclo, e no concelho de Monforte no 3º ciclo. Estes valores têm ainda uma tendência para serem agravados à medida que o nível de ensino é mais elevado.

Terá assim de haver uma intervenção concertada para combater este problema, para o que o documento estratégico da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo propõe a implementação de 3 tipologias de projetos (subscritos pela Estratégia de Desenvolvimento Local da ADER-AL):

- Melhoria da qualidade e eficácia do sistema através de um plano de formação contínua de professores e educadores de infância, e de um programa de apetrechamento e modernização das instituições de educação e formação;
 - Carta Educativa Regional, onde conste o planeamento regional do sistema de educação e formação;
 - Monitorização da performance do sistema.
- Situação social

No documento Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alentejo 2020 da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, é referenciado o trabalho do IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos para o Instituto de Segurança Social²⁰, onde são sistematizados os padrões geográficos e os perfis-tipo de exclusão social.

No que diz respeito ao Território de Intervenção da ADER-AL, são realçados os seguintes aspetos:

Tipologia do território

- Concelhos em exaustão (Crato e Nisa): População muito envelhecida; Declínio demográfico forte e continuado; Atividade económica muito fraca; Peso muito acentuado dos sectores de apoio social e da administração pública; e Decréscimo recente das atividades mais “urbanas”: comércio, ensino e saúde, serviços.
- Concelhos rurais deprimidos (Arronches, Marvão, Monforte e Sousel): População envelhecida; Declínio e envelhecimento demográfico; Povoamento disperso;

¹⁹ Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

²⁰ Referencial de Coesão Social, projeto POAT/FSE, 2014.

Agricultura e construção civil a par dos sectores da administração pública e apoio social; e Declínio da indústria e do comércio.

- Concelho rural médio (Campo Maior): Concelhos com indicadores com valores médios; Quedas demográficas, mas menos acentuadas que nos grupos anteriores; Envelhecimento mais ténue; Povoamento em lugares de média dimensão; e Setor primário importante mas comércio e serviços com alguma relevância.
- Concelhos urbanos médios (Portalegre e Elvas): Dominância do sector terciário: comércio e serviços às empresas, serviços coletivos e serviços pessoais; Forte peso dos setores do ensino e saúde; e Dinamismo demográfico: população mais jovem e alguma capacidade de atração nos últimos anos.

Perfis-tipo de Exclusão Social

- Envelhecimento Apoiado [Crato e Nisa (concelhos em exaustão) e Arronches, Marvão e Sousel (concelhos rurais deprimidos)]: Inatividade e desqualificação; População idosa; e Atenuam-se os sinais de isolamento e as estratégias eminentemente individuais de mitigar a pobreza e a exclusão e aumentam as formas sociais: maior importância das prestações sociais.
 - Marginalização Rural [Monforte (concelhos rurais deprimidos), Campo Maior (concelho rural médio) e Elvas (concelhos urbanos médios)]: Sofre os efeitos dos três principais fatores de exclusão – o isolamento pelo envelhecimento de uma parcela da população; o desemprego agrícola e a falta de emprego noutros sectores; a marginalização provocada pela fragilidade dos recursos de inclusão; e Presença mais intensa de grupos vulneráveis e grupos de risco.
 - Marginalização Moderada [Portalegre (concelho urbano médio)]: Grupo que representa uma versão mais ténue dos perfis de marginalização urbana mais extremada; Alguma expressão da imigração, criminalidade, grupos de risco e outras dimensões associadas à exclusão pela marginalização; Mecanismos de inclusão relativamente mais acessíveis (acesso a serviços, conhecimentos de proximidade, ...).
- Economia Social
Com a identificação do cluster de Atividades da Economia Social no Alto Alentejo, com foco na população idosa, foi recentemente elaborada a Carta Social e Estratégica de Desenvolvimento da Economia Social no Alto Alentejo, que identifica os seguintes pilares para a criação de emprego e fixação da população:

- Promoção de uma oferta em rede ao nível dos recursos humanos, financeiros e equipamentos;
- Formação e capacitação dos recursos humanos (em competências especializadas);
- Requalificação da oferta (instalações existentes) e melhoria da qualidade da gestão e da prestação de serviços;
- Alinhamento da oferta da Economia Social com o Turismo do Alentejo e a saúde (o Turismo do Alentejo identificou o Turismo Sénior e de Saúde como “oportunidade única de aposta”);
- Promoção integrada das Ofertas da Economia Social, do Turismo do Alto Alentejo e da Saúde;
- Promoção da regeneração urbana para fins sociais numa lógica de eficiência energética;
- Coordenação regional, garantindo a coerência da implementação da Estratégia e permitindo uma oferta e promoção do Alto Alentejo no setor da Economia Social, em coerência com a Estratégia do Turismo do Alentejo.

Face ao atrás descrito, à experiência da ADER-AL e dadas as elegibilidades previstas para a intervenção DLBC Rural, são então definidas como áreas de intervenção da EDL da parceria ADER-AL – DLBC Rural:

- Investimentos nas explorações agrícolas (pequenos investimentos e diversificação de atividades);
- Setor agroalimentar (pequenos investimento na transformação e comercialização, cadeias curtas e mercados locais, promoção de produtos de qualidade locais);
- Turismo e património e ambiente;
- Empreendedorismo;
- Coesão social e territorial (inclusão ativa);
- Cooperação e inovação.

D.2 ANÁLISE SWOT

Apresenta-se então a seguinte análise SWOT para estas áreas de intervenção:

INVESTIMENTOS NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (Pequenos investimentos agrícolas e Diversificação de atividades)			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Peso significativo da população agrícola	Empresários agrícolas com baixa formação	Atração crescente por parte das zonas rurais de jovens com espírito empreendedor, qualificação técnica e capacidade de inovação	Ameaça do fenómeno de desertificação e com tendência a aumentar
Número significativo de explorações agrícolas	Envelhecimento dos detentores de explorações agrícolas	Aumento da procura turística e da procura de lazer para as zonas rurais	Enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável
Dimensão variada das explorações agrícolas	Dificuldades de autofinanciamento e de acesso ao crédito	Crescente procura por atividades turísticas associadas aos saber-fazer tradicionais	Rendimento per capita da população inferior à média do Continente
Condições edafoclimáticas favoráveis à atividade agrícola e outras com ela conexas	Explorações com problemas de viabilidade económica	Existência de apoios que permitem a adaptação das unidades produtivas para a recepção de visitantes	Forte concorrência de outros territórios onde as explorações agrícolas estão vocacionadas para atividades turísticas e pedagógicas
Unidades de produção com potencial para a promoção de atividades turísticas, de lazer e pedagógicas	Reduzida atividade económica e pouco diversificada	Existência de condições favoráveis ao estabelecimento de atividades complementares à atividade agrícola	
Pequena agricultura, pluriatividade e plurirrendimento conferem capacidade de resiliência económica	Pouca disponibilidade dos produtores para receber pessoas nas suas explorações	Aumento da procura turística relacionada com as atividades agrícolas	
Existência de unidades de TER e empresas de animação ligadas às atividades de natureza	Fraca percepção dos produtores para encarar a atividade agrícola numa perspetiva multifuncional	Legislação do PDR	
Dinâmica económica associada ao turismo e à presença de valores patrimoniais e paisagísticos de relevo			

SETOR AGROALIMENTAR (pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos, cadeias curtas e mercados locais, e promoção de produtos de qualidade locais)			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Papel fundamental da agricultura na formação do produto e geração de emprego	Fraca capacidade negocial decorrente da reduzida dimensão da maioria dos produtores e do fraco associativismo entre pequenos produtores	Desenvolvimento do setor primário, através da valorização das produções primárias e da agricultura tradicional	Redução da procura interna em consequência da recessão económica e das elevadas taxas de desemprego
Produtos do território de qualidade reconhecida e certificada, sendo onde se concentra o maior número de produtos certificados a nível nacional	Fraco investimento em marketing, dificultando a promoção de uma identidade regional	Crescente procura de produtos regionais certificados, o que contribui para a valorização dos recursos, promoção de riqueza e empregabilidade	Envelhecimento da população
Expressão económica da pecuária extensiva	Fraca capacidade de inovação e desenvolvimento empresarial e reduzido apoio em termos de infraestruturas tecnológicas	Existência de um modelo de certificação e garantia de genuidade e qualidade que confere confiança ao consumidor e mais valia ao produtor	Enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável
Tradição e cultura industrial em áreas relevantes da Estratégia Regional (agroindústrias e indústria corticeira, por exemplo) com pólos dinamizadores em Campo Maior/Elvas, Portalegre e Monforte;	Mão-de-obra envelhecida, não especializada e pouco qualificada	Criação e desenvolvimento de práticas empresariais competitivas, centradas na valorização dos produtos endógenos e orientação para os mercados	Reduzido atratividade do território para viver e para trabalhar, dificultando a diversificação do tecido empresarial pela atração de novos atores
Mais de metade dos produtos agrícolas nacionais é incorporada na indústria agroalimentar	Dificuldades de autofinanciamento e de acesso ao crédito	Desenvolvimento de formação ligada às novas tecnologias de produção, preservação do ambiente e escoamento/comercialização de produtos	Investimento reduzido na valorização das empresas
Existência de entidade (ADER-AL) que promove a articulação entre os diferentes agentes do setor	Dificuldades de acesso aos mercados agrícolas, das explorações agrícolas em geral e das pequenas explorações em particular	Imagem positiva junto da opinião pública sobre a importância do setor agroalimentar para a recuperação da economia portuguesa	
Instituições de ensino superior, profissional e tecnológico no território	Baixa densidade populacional com perda de população, nomeadamente agrícola, e perda de emprego	Atração crescente por parte das zonas rurais de jovens com espírito empreendedor, qualificação técnica e capacidade de inovação	
		Criação de circuitos curtos, de cadeias curtas de distribuição, de comercialização de proximidade de produtos agrícola e transformados	
		Legislação do PDR	

TURISMO, PATRIMÓNIO E AMBIENTE			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Qualidade e diversidade do património natural e cultural, com potencial de desenvolvimento turístico, incluindo Turismo de Natureza	Escassez de serviços complementares à atividade turística	Dinamização turística suportada na recuperação, requalificação e valorização do património natural, histórico e cultural e no reforço de eventos geradoras de maior atratividade	Contexto socioeconómico desfavorável que obriga a cortes em gastos não essenciais como turismo
Existência de áreas protegidas e classificadas, com biodiversidade própria e com elevado índice de preservação, destacando-se o Parque Nacional da Serra de S. Mamede	Reduzidas taxas de ocupação e estada média reduzida, continuando a verificar-se elevada sazonalidade	Desenvolvimento de oferta hoteleira de qualidade	Processos de degradação de habitats e de ecossistemas agrícolas e silvícolas relacionadas, entre outras coisas, com o abandono das atividades agrícolas, despovoamento acentuado e envelhecimento da população
Clima favorável ao desenvolvimento de práticas turísticas ao longo de todo o ano	Reduzida cooperação entre agentes turísticos. Produtos turísticos pouco organizados e inexistência de infraestruturas para a receção de visitantes em algumas zonas do território	Desenvolvimento de serviços ligados ao turismo (por exemplo, animação turística) que funcionem como dinamizadores da atividade e potenciem a revitalização dos pólos rurais	Dinâmicas populacionais negativas e dificuldade de fixação de mão de obra qualificada. Ameaça do fenómeno de desertificação e com tendência a aumentar
Águas Termais com vocação terapêutica	Falta de financiamento para a recuperação do património	Aproveitamento dos recursos endógenos da região para a produção de energias renováveis	Fraca capacidade económica dos consumidores para adquirir produtos artesanais
Gastronomia rica e variada	Debilidade do tecido empresarial turístico, caracterizado por gestão familiar com mão-de-obra ainda pouco qualificada, nomeadamente na área da restauração	Aumento da procura de atividades pedagógicas associadas aos saber fazer e tradições locais	
Atividades emergentes de valorização económica dos recursos do território	Deficientes condições de mobilidade intra-regional	Tendências crescentes da procura turística, assentes nas características de excelência territorial nos domínios ambiental, paisagístico, cultural e patrimonial	
Existência de uma oferta de equipamentos e serviços dirigidos à população sénior e de entidades da economia social com grande experiência nos cuidados e atividades com seniores.	Existência de fontes de águas termais sub-exploradas	Posicionamento estratégico transfronteiriço, que fortalece a acessibilidade e o relacionamento com o exterior	
Artesanato diversificado, com utilização de matérias e técnicas diferenciadas	Escassez de infra-estruturas de suporte	Possibilidade de valorização económica dos recursos endógenos (por exemplo, o novo conceito das águas termais, associadas ao turismo de saúde)	
Cidade de Elvas como Património da Humanidade	Inexistência de associações que congregam os artesãos e que promovem o artesanato local	Multifuncionalidade e conjunto de atividades associadas ao montado de sobro, com papel relevante para o desenvolvimento rural	
Existência da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre	Fraca capacidade dos artesãos para dinamizar atividades ligadas ao turismo dada a sal falta de qualificação e formação em gestão e marketing	Articulação entre produtores locais e desenvolvimento da atividade turística	
		Dinâmica de iniciativa e de atividade da Entidade Regional de Turismo em articulação com os Municípios e outros atores do setor	

ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Dinâmica económica associada ao turismo e à presença de valores patrimoniais e paisagísticos de relevo	Debilidade da estrutura de emprego sub-regional e das estruturas produtivas, que não conseguem absorver a mão-de-obra disponível para trabalhar	Desenvolvimento de nichos de mercado (agricultura biológica, produtos ligados ao turismo, criação de pequenas unidades de serviços de ambiente e conservação da natureza, ligadas à exploração e divulgação dos recursos do território)	Desmotivação de potenciais novas intenções de investimento devido ao não acompanhamento da oferta de mão de obra, em quantidade e qualidade
Índice Global de Desenvolvimento Regional próximo da média nacional, fruto de índices de qualidade ambiental e de coesão social superiores à Região Alentejo;	Reduzida dimensão das empresas e baixa aposta na inovação, levando a um tecido económico frágil, pouco diversificado	Promoção do empreendedorismo e da criação de emprego nos concelhos com maior aptidão para o turismo de natureza e rural, contrariando a tendência de desertificação dos núcleos rurais	Falta de capacidade de investimento dos agentes privados
Setor agrícola em crescimento, resultado da aposta na valorização dos produtos regionais	Crescimento económico anémico acompanhado pelo encerramento e deslocalização de empresas, por uma reduzida dinâmica de investimento e diminuição do consumo privado;	Desenvolvimento de serviços da economia social e de proximidade (apoio às famílias, de saúde e bem estar) que sirvam a população residente e turista	Escassez de mão de obra jovem e qualificada
Crescente aposta na qualidade e valorização de produtos locais de qualidade cujo reconhecimento passa pela certificação	Fragilidade do tecido associativo, de intermediação de interesses e de cooperação estratégica e operacional, nomeadamente, nas áreas económico empresariais.	Documentos de orientação estratégica e operacional recentes em domínios de intervenção estruturantes para o desenvolvimento do Alto Alentejo (Energia, Educação/Formação, Mobilidade, TIC, Turismo, Economia Social, ...).	Redução da procura interna em consequência da recessão económica e das elevadas taxas de desemprego
Instituições de ensino superior, profissional e tecnológico no território	Perda acentuada de população nas últimas décadas, uma regressão demográfica superior à do Alentejo e do Continente	Potencialidades de desenvolvimento do setor secundário na localização geográfica privilegiada, no reforço das infraestruturas e equipamentos, e na valorização dos recursos humanos	Prolongamento do ciclo económico recessivo com implicações no atraso do lançamento de projetos de suporte à visão estratégica implícita do território;
	Fraca capacidade económica por parte dos jovens para empreender a sua atividade económica, também consequência do significativo abandono escolar verificado na maior parte dos concelhos do território	Abordagem plurifundos	Prolongamento da erosão demográfica que constrange a requalificação e desenvolvimento do tecido produtivo e empresarial

COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Subsistema Portalegre-Elvas-Campo maior como âncoras que reforçam a capacidade competitiva do território	Acentuado envelhecimento da população e redução populacional na maior parte do território	Reforço das complementaridades de forma a melhorar a qualidade de vida e a criação de condições para a fixação das populações	Disseminação do povoamento em núcleos de reduzida dimensão, com isolamento da população residente nas freguesias rurais mais distantes das sedes de concelho
Importante papel dos pequenos centros em espaço rural, numa óptica de terciarização da economia rural e de desenvolvimento dos recursos endógenos	Significativo peso da população em núcleos isolados ou muito reduzidos, o que dificulta a equidade territorial, no acesso a bens equipamentos e serviços sobretudo da população mais idosa e fragilizada	Existência de Recursos Humanos, especialmente os desempregados, passíveis de intervenção orientada para a sua reinserção no mercado de trabalho	Dificuldades de retenção da população jovem, devido à falta de oportunidades de emprego e à atratividade/dinamismo de alguns centros urbanos (fora do território)
Boa cobertura ao nível da oferta de equipamentos educativos	Concentração excessiva de serviços nos serviços urbanos em detrimento dos meios mais rurais	Potenciar utilização em rede dos equipamentos existentes	Dinâmica populacional regressiva, com significativas e continuadas perdas de população jovem e ativa, agravando o duplo envelhecimento
Vontade política e social por parte das entidades locais- Câmaras, Juntas de Freguesia, Associações sem Fins Lucrativos, Associações Recreativas, entre outras, de dotar o território de melhores condições sociais	Fragilidade ao nível do uso das novas tecnologias de comunicação e informação	Dotação das sedes de concelho localizadas nos territórios mais periféricos de equipamentos e serviços capazes de garantir coesão e competitividade económica e social	Sustentabilidade problemática das instituições de saúde e economia social face ao envelhecimento da população e à persistência de dificuldades financeiras dos utentes e dos modelos de financiamento
Existência da Rede Social que dinamiza um conjunto de iniciativas e atividades ligadas ao apoio social	Território de baixa densidade, com fortíssimo envelhecimento das populações nas zonas rurais e fraco apoio domiciliário	Financiamento que permite o apoio ao nível dos serviços de animação cultural e recreativa de base local	Evolução negativa da mobilidade no território do Alto Alentejo
Experiência de dinamização socioeconómica para o desenvolvimento por parte da ADER-AL	Significativa taxa de abandono escolar em alguns concelhos, originando problemas de integração dos jovens na vida ativa	Desenvolvimento de serviços básicos de proximidade à população (serviços de apoio à família, crianças e jovens e terceira idade, de saúde e bem estar)	Aumento das necessidades de mobilização de recursos para apoio social e cuidados de saúde aos segmentos envelhecidos da população residente
	Estrangulamento do crescimento natural, redução do índice de dependência de jovens e reforço dos indicadores de envelhecimento do Alto Alentejo	Desenvolvimento de atividades culturais, desportivas e recreativas e de lazer essenciais para a revitalização dos centros rurais e a fixação da população	Desertificação das freguesias rurais menos povoadas, com consequências profundamente negativas ao nível da coesão social, ordenamento do território e prevenção
	Existência de "concelhos em exaustão" e de "concelhos rurais deprimidos", em que o risco de exclusão social e de marginalização é elevado	Melhoria das acessibilidades e mobilidade no território	
	Carência de infraestruturas de transporte que permitam as comunicações e melhor articulação intrarregionais	Qualificação dos recursos humanos e das atividades económicas por via do desenvolvimento de ações de formação orientadas para a iniciativa empresarial e a reconversão de competências	
	Fraca independência económica das mulheres e pouco reconhecimento social	Desenvolvimento de novas oportunidades de negócio e de emprego, associadas ao desenvolvimento do território, que podem contribuir para a fixação e atração de população jovem e qualificada	
	Elevagem percentagem de desemprego de longa duração	Recursos de financiamento associados ao acesso e mobilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, como suporte de orientações da Política de Coesão que valorizam as regiões do Objetivo Convergência.	

COOPERAÇÃO E INOVAÇÃO			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Experiência e notoriedade do trabalho desenvolvido pela ADER-AL na área da cooperação	Dificuldade de mensuração dos resultados obtidos, que muitas das vezes são resultados qualitativos	Promoção territorial do Norte Alentejo através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional	Décalage entre períodos de Avisos de candidatura entre os diferentes Estados Membros, nos projetos de cooperação internacional
Experiência de trabalho em cooperação entre as entidades (diferentes) da região	Falta de financiamento para o apoio à experimentação e desenvolvimento de projetos/ideias inovadoras	Diferenciação dos territórios através da oferta de recursos específicos	Interrupção do financiamento dos projetos de cooperação na transição de quadros de fundos comunitários, com risco de perda do fio condutor
Existência de redes nacionais de apoio à cooperação e de disseminação de informação	Fraca cultura de cooperação ainda verificada na maior parte dos atores locais	Cooperação e inovação contempladas no PDR-DLBC/Abordagem LEADER	Fuga de espíritos mais empreendedores na área da inovação para os meios mais urbanos (Évora e Lisboa, por exemplo)
Experiências inovadoras identificadas na região, para a resolução de problemas dos territórios rurais, possíveis de implementar noutros territórios (e vice versa)		Grupos Operacionais para a Inovação na área do Desenvolvimento Rural, da Rede Rural	
Instituições de ensino superior existentes no território		Inovação e empreendedorismo social contemplados no PORAlentejo	

D. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS

A definição das linhas macro da Estratégia de Desenvolvimento Local proposta pela Parceria ADER-AL – DLBC Rural teve em conta, como já referido, as elegibilidades consideradas para a intervenção DLBC Rural e constantes do Aviso de Candidatura.

E.1 Desafios a que se propõe dar resposta

Identificados pelos parceiros os desafios colocados ao território (e as respetivas áreas de intervenção), foram definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE)/desafios:

- OE1. Reforçar e promover a viabilidade das explorações agrícolas;
- OE2. Reforçar e promover a fileira das produções agroalimentares;
- OE3. Valorizar os recursos turísticos e os recursos patrimoniais e naturais;
- OE4. Reforçar a coesão social e territorial;
- OE5. Dinamização empresarial e diversificação da base económica;
- OE6. Melhorar a eficácia dos instrumentos de cooperação e inovação;

Estes objetivos são coerentes com as orientações estratégicas nacionais, regionais e sub-regionais e sectoriais, nomeadamente ao nível da NUT II Alentejo (POR Alentejo 2020) e NUT III Alto Alentejo (PTD-AA), apresentando-se a sua correspondência no quadro seguinte:

	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
OBJETIVOS MACRO POR Alentejo						
1. Incrementar em 15% o valor do PIB Regional através da mobilização dos recursos em dinâmicas de maior qualificação, inovação e criatividade, visando a melhoria da competitividade e o reforço da capacidade produtiva e exportadora da Região	x	x	x		x	x
6. Atenuar em 10% as assimetrias territoriais (em particular entre as zonas urbanas e rurais), o que equivale a reduzir o desvio padrão do PIB por habitante, entre as NUTS III da Região Alentejo, de 3.995 € (em 2012) para 3.595 € (em 2020)				x		
7. Diminuir a taxa de desemprego, passando de 16% em 2012 para 10,0% em 2020	x	x	x		x	
OBJETIVOS DO PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO - ALTO ALENTEJO (PTD-AA) - CIMAA						
1. Reabilitação e revitalização de base territorial			x			x
2. Reforço da coesão social ancorado no acesso a redes básicas de equipamentos e serviços				x		
3. Promoção de "habitat" e acesso a serviços terciários qualificados				x		
4. Dinamização empresarial, alargamento da cadeia de valor e diversificação da base económica		x			x	
6. Sustentabilidade ambiental e qualidade paisagística	x		x			
7. Marketing territorial e turístico			x			
8. Qualificação da oferta e desenvolvimento de produtos turísticos diferenciados	x		x			
9. Abertura da região e da sociedade ao exterior						x
10. Reforço da mobilidade interna				x		

E.2 Objectivos definidos

Como objectivos operacionais identificam-se os seguintes:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS
Reforçar e promover a viabilidade das explorações agrícolas	Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural
	Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção
	Contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do sector através do apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas
Reforçar e promover a fileira das produções agroalimentares	Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas
	Contribuir para a valorização das empresas de produção agrícola e de transformação e comercialização de produtos agrícolas através do apoio à sua modernização e capacitação
	Promover a renovação do tecido empresarial agrícola
	Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, actuando de forma integrada sobre os factores tangíveis e intangíveis que a desenvolvem e consolidam
	Promover novas formas de comercialização de circuito curto, nomeadamente de produtos agrícolas, entre pequenos produtores e consumidores, de modo a dar um contributo importante para o escoamento dos produtos locais e a melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome
Valorizar os recursos turísticos e os recursos patrimoniais e naturais	Promoção dos produtos de qualidade locais
	Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho
	Apoio às actividades turísticas e de lazer, a unidades de alojamento turístico e a infraestruturas de pequena escala (por exemplo, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística)
	Promover a recuperação e conservação do património rural no âmbito de uma estratégia de valorização e atractividade dos territórios rurais (património rural construído, e práticas e tradições culturais)
Reforço da coesão social e territorial	Preservação, recuperação e valorização dos recursos naturais e ambientais
	Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações
	Melhorar os níveis de integração entre os territórios rurais e os centros urbanos de proximidade
Dinamização empresarial e diversificação da base económica	Promover a inclusão social e a redução da pobreza
	Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas
Melhorar a eficácia dos instrumentos de cooperação e inovação	Criação de empresas locais que permitam preencher lacunas de mercado
	Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação
	Conjugar, através da cooperação, os saberes-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projectos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais
	Promover a inovação em torno da tradição

E.2.1 Principais áreas de intervenção

(já anteriormente identificadas:)

- Investimentos nas Explorações Agrícolas (Pequenos investimentos agrícolas e Diversificação de actividades)
- Setor agroalimentar (pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos, cadeias curtas e mercados locais, e promoção de produtos de qualidade locais)
- Turismo, Património e Ambiente
- Coesão social e territorial
- Economia e Empreendedorismo
- Cooperação e Inovação

E.2.2 Contributos para os resultados esperados

Uma vez que à data ainda não existe informação disponível tanto no que diz respeito aos critérios de alocação de recursos financeiros a cada DLBC como quanto ao número de GAL's a qualificar na NUT II Alentejo, foi consensualizada entre os GAL reconhecidos no Subprograma 3 PRODER (2007-2013) a metodologia a seguir descrita.

Na determinação das metas de resultados para os indicadores propostos em sede do Aviso de concurso, são tidas em conta 2 componentes:

- O peso da população residente no território de incidência da ADER-AL na NUT III Alto Alentejo, na NUT II Alentejo e ainda na População Rural Total identificada no PDR2020:

População Residente 2011		Peso TI ADER-AL (%)
População Rural Total (PDR)	3 734 564	2,3%
Alentejo (NUT II)	757 302	11,4%
Alto Alentejo (NUT III)	118 506	72,7%
TI da ADER-AL	86 109	

Deste modo, pode esperar-se que a contribuição dos resultados da EDL da ADER-AL seja, percentualmente, a seguinte:

	PDR2020	POR Alentejo 2020	EDT 2020 ²¹
Contributo da EDL da ADER-AL	2%	11%	73%

- Por outro lado, considerando as dotações orçamentais atribuídas no período de programação 2007-2013, teremos²²:

Dotação orçamental (milhares €)		Peso TI ADER-AL (%)
SP3 PRODER	298 016	2,4%
Alentejo (NUT II)	71 083	10,2%
TI da ADER-AL	7 262	

²¹ Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alto Alentejo 2014-2020.

²² Valores iniciais para as medidas 3.1 e 3.2 (sem reserva de eficiência nem overbooking)

É expectável que as verbas, no mínimo, se mantenham, entendimento que é reforçado com o peso da área da NUT II Alentejo no total nacional (cerca de 40%) – e apesar de a dotação do SP3 PRODER ter sido de apenas 24% do total nacional inicial.

- Resultados esperados FEADER – PDR2020:

A EDL do GAL ADER-AL contribuirá na proporção acima identificada para a concretização dos indicadores listados no Aviso de Concurso:

- Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego;
- Empresas apoiadas;
- Percentagem da população total coberta pela EDL;
- Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- Percentagem de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;
- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas;
- Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais;
- Peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais.

- Resultados esperados FEDER e FSE – POR Alentejo 2020:

A EDL do GAL ADER-AL contribuirá na proporção anteriormente identificada para a concretização dos indicadores listados no Aviso de Concurso:

- Criação de emprego, aferida através de:
 - “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego” (Prioridade de Investimento 9.6 – FSE),
 - “Postos de trabalho das empresas apoiadas (FEDER);
- “Empresas apoiadas”, enquanto indicador igualmente relevante no apoio à dinamização da atividade económica local e à criação de emprego;
- Capacidade para uma criação sustentável de emprego, em alinhamento direto com o indicador de resultado da Prioridade de Investimento 9.6 “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio”;
- Capacidade de mobilização de investimento privado associado à intervenção pública, em alinhamento direto com o indicador de resultado da Prioridade de Investimento 9.10 “Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado”;

- Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (indicador de realização da Prioridade de Investimento 6.3);
- Aumento do n.º de “dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros” (indicador de realização da Prioridade de Investimento 6.3).

Para além dos pressupostos anteriormente indicados (nomeadamente, no que diz respeito à dotação orçamental que estará disponível para a implementação da EDL do GAL ADER-AL), existem outros fatores que, ainda à data também desconhecidos, irão ter impacto nos resultados a atingir, como sejam a autonomia do GAL para a modelação às especificidades do território de incidência das medidas de investimento a apoiar. Isto traduz-se em aspetos como a autonomia para a definição dos períodos para a abertura de Avisos de Concurso ou para a definição dos critérios de valoração das candidaturas.

E. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

F.1 Dispositivos de participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL

- Elaboração da EDL
 - Reunião geral preparatória dos trabalhos em 23 de abril de 2014;
 - Reunião geral em 29 de dezembro de 2014;
 - Reuniões locais: Elvas, 15 de janeiro; Portalegre, 16 de janeiro; Nisa, 19 de janeiro;
 - Recolha de contributos através de questionário enviado aos Parceiros;
 - Prevê-se ainda a definição de uma estratégia conjunta e coerente dos GAL com intervenção na Região Alentejo na fase de preparação e de execução do DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária no próximo período de programação (2014-2020)²³.
- Execução
 - De forma contínua, pelos parceiros constituintes do Órgão de Gestão da Parceria;
 - Numa reunião anual, pelos restantes parceiros com a apresentação do Plano de Atividades para o ano seguinte e em Março com a apresentação do relatório e contas do exercício anterior. Nestas duas Assembleias serão apresentados quadros

²³ Documento “Acordo de Parceria DLBC 2020 Região Alentejo”, em anexo.

comparativos da execução prevista e informação organizada por tipo de promotor, concelho, tipologia de projeto e ação;

- Os GAL da Região Alentejo assumiram ainda o compromisso de conjugarem esforços na articulação de objetivos, metas e ações que perspetivem uma visão ampla e uma cultura empreendedora, inclusiva e sustentável da Região Alentejo e conduzam a uma posição coesa face às prioridades estratégicas e iniciativas estruturantes definidas regionalmente.

F.2 Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL

A animação territorial passará em primeiro lugar pela informação das populações locais sobre os objetivos da EDL e das atividades desenvolvidas pela Parceria.

Promovido pela Equipa Técnica da Entidade Gestora, será feito um trabalho com os agentes locais no sentido de os manter informados sobre as vantagens competitivas e as fragilidades do território, motivando-os para apostar no aproveitamento das oportunidades e no evitar das vulnerabilidades. Será também sempre privilegiado o trabalho em rede entre os vários atores no território.

As atividades de acompanhamento estão descritas no ponto F.1.

F.3 Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e a sua aderência aos objetivos e metas definidos

Será feita uma avaliação contínua da execução da EDL, realizada pela Equipa Técnica da EG, e onde se pretende verificar:

- Se há desvio entre ações previstas e realizadas identificando e apresentando as razões e consequências;
- Se há desvios orçamentais, quais as razões e em que medida colocam em causa a realização da estratégia;
- Modo de funcionamento da estratégia: oportunidade das decisões tomadas, adequação da coordenação, circulação adequada da informação entre os parceiros, adequação do sistema de acompanhamento;
- Se houve evolução no contexto de intervenção que venha a interferir na estratégia e se os objetivos definidos se mantêm pertinentes e coerentes.

Será igualmente promovida uma avaliação *ex-post* da estratégia, preferencialmente por uma equipa externa à Parceria, de modo a aferir:

- Se a estratégia foi a mais adequada;
- Se os objetivos foram alcançados, se se verificaram desvios e quais as causas;
- Se as ações previstas foram todas realizadas, identificar eventuais desvios, causas e em que medida foram comprometidos os objetivos propostos;
- Se os beneficiários das ações foram os inicialmente previstos;
- Se se criaram sinergias com outros projetos e se houve sobreposições.

Com reflexos no acompanhamento da EDL da parceria ADER-AL – DLBC Rural prevê-se ainda, e em conjunto com os restantes GAL do Alentejo, a criação de uma plataforma de acompanhamento e monitorização do DLBC 2020, com uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da Região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes EIDT e o POR Alentejo 2020, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na Região e no país.

F.4 Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL

Tal como descrito, a avaliação será feita de forma contínua pela Equipa Técnica com a supervisão do Órgão de Gestão, detetando e corrigindo desvios entre ações previstas e realizadas, orçamentos previstos e executados, funcionamento e organização internos.

Com os restantes Parceiros será avaliada a evolução do contexto territorial, no sentido de corrigir atividades que melhor se adequem às novas situações.

Contribuirá também para a avaliação em causa uma estrutura e composição a definir com outros atores públicos e privados da Região e que assegure a articulação do DLBC com as diferentes EIDT e o POR Alentejo 2020, de modo a que as diferentes intervenções territoriais concorram para os resultados e metas a alcançar na Região e no país.

F.5 Ações de animação e promoção do território

As ações de animação e promoção serão as elegíveis dentro da ação que existirá especificamente para este fim, no âmbito do FEADER. Deverão ser desenvolvidas ações de divulgação do território e dos seus recursos que contribuam para a sua valorização e para a atração de visitantes, e que pode passar pela elaboração de material informativo e promocional, criação de sites, criação de imagem, participação em feiras e outros eventos, etc.

F.6 Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundir os seus resultados

Como já referido anteriormente, os resultados serão apresentados à Parceria pelo menos duas vezes por ano, prevendo-se uma difusão a nível territorial intermédia e no final do programa. Toda a informação sobre a ADER-AL e a execução da EDL da parceria também constará do site da EG.